

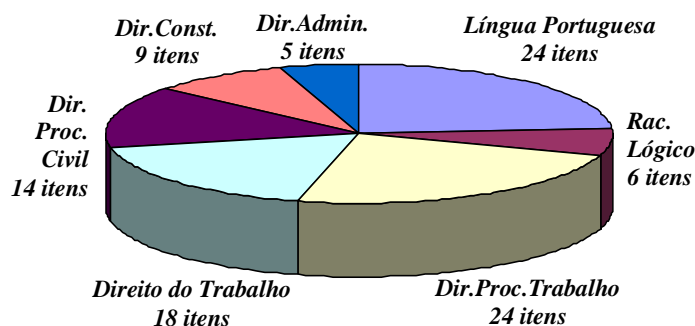
TRT PARANÁ

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

SIMULADO CURSO SÓLTON 2009

- Como é esperado para o próximo concurso que a organizadora seja o Cespe/UnB (prova no estilo Certo/Errado) ou FCC (questões a/b/c/d/e), este simulado traz a forma mista entre ambos.
- Seguindo a regra do concurso anterior (2007), para cada assinalamento que coincida com a resposta do gabarito vale +1,00 ponto (positivo). Cada assinalamento que não coincida com a resposta vale -1,00 ponto (negativo).
- A ausência de resposta não representa ponto positivo nem negativo.

FORMATAÇÃO DA PROVA TRT-PARANÁ



EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE ACERTO:
(conforme edital da prova oficial)

6,00 pontos em Conhecimentos Gerais
21,00 pontos em Conhecimentos Específicos
30,00 pontos no total da prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

Professores Acácio/Pacífico e Cidinha/Guerra

RACIOCÍNIO LÓGICO:

- 01.** De um grupo de 8 pessoas (entre elas 1 casal), serão escolhidas 4 para uma viagem. De quantas formas podemos escolher os 4 viajantes sabendo que o casal só viaja junto?
- 70
 - 30
 - 1710
 - 1740
 - 1680
- 02.** As placas dos automóveis são formadas por 3 letras seguidas por 4 algarismos. Sabendo que o alfabeto tem 26 letras e que os algarismos que podem ser usados estão no conjunto {1, 3, 5, 7, 9}, o número de placas que começam com a letra A e têm todos os seus algarismos iguais é:
- 3380
 - 78000
 - 3250
 - 3000
 - 72000
- 03.** Numa certa cidade, 40% da população têm pé chato, 25% um irmão chato e 15% além de ter pé chato ainda têm um irmão chato. Uma pessoa tem pé chato, a probabilidade de ter também um irmão chato é dada por todos exceto:
- 15 em 40
 - 3/8
 - 40%
 - 37,5%
 - 0,375
- 04.** Se a afirmação "Todo professor de raciocínio lógico é feio" é falsa, então é verdade que: (Admita que não ser feio é equivalente a ser lindo)
- existe professor de raciocínio lógico feio;
 - todo professor de raciocínio lógico é lindo;
 - existe pelo menos um professor de raciocínio lógico lindo;
 - todo feio não é professor de raciocínio lógico;
 - todo feio é professor de raciocínio lógico.

05. Em uma urna há 13 bolas amarelas, 4 verdes e 1 preta. Qual o número mínimo de bolas que precisariam ser retiradas para que se possa garantir que há uma amarela, uma verde e uma preta?
- 3.
 - 17.
 - 14.
 - 18.
 - 5.
06. Se o professor de raciocínio lógico não é bonito, o peito do pé do pai do Pedro é preto. Se o peito do pé do pai do Pedro é preto, há três pratos de trigo para três tigres tristes. Se há três pratos de trigo para três tigres tristes, o original não se desoriginaliza. Ora o professor de raciocínio lógico é bonito.
- O peito do pé do pai do Pedro não é preto;
 - não há três pratos de trigo para três tigres tristes;
 - não há três tigres tristes;
 - o original se desoriginaliza
 - não há como concluir nada além de que “o professor de raciocínio lógico é bonito”

LÍNGUA PORTUGUESA:

Texto para os itens 07 a 15 seguintes

“Os homens da Idade Média procuravam na Bíblia um modelo que **lhes** guiasse o comportamento em relação à **usura**. [...] As transformações da sociedade ocidental cristã nos séculos XII e XIII tornavam a realidade da prática usurária possível e muitas vezes socialmente útil. [...] Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno, a teologia medieval salvará o usurário do inferno ao inventar o purgatório. O usurário terá assim atingido seu duplo objetivo: salvaguardar sua bolsa na terra **sem perder a vida eterna**.”

(FRANCO Jr. Hilário. *A Bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 989. s.p.)

Assinale C (Certo) ou E (Errado) para os itens seguintes:

07. No texto, a palavra **usura** pode ser substituída por juro sem prejuízo no sentido pretendido pelo autor.
08. De acordo com as informações a respeito do título do texto (parte inferior do texto, entre parênteses), a cobrança de juros tornou-se uma prática ainda na Idade Média, principalmente nos séculos XII e XIII.
09. No período: “Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno, a teologia medieval salvará o usurário do inferno ao inventar o purgatório.”, a vírgula foi utilizada para indicar a existência de uma oração subordinada adverbial deslocada.
10. O pronome oblíquo **lhes**, em destaque na primeira linha do texto, pode ser substituído por “**seu**”, sem prejuízo de sentido na frase, que ficaria assim: “Os homens da Idade Média procuravam na Bíblia um modelo que guiasse **seu** comportamento em relação à usura.”
11. No último período do texto, se a oração em destaque viesse a ser escrita antes de “O usurário terá...”, seria necessária a colocação de uma vírgula entre os dois seguimentos de texto.
12. Em “Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno”, a crase se justifica por se tratar de expressão coloquial.
13. Em “Às vésperas do nascimento dos grandes movimentos econômicos que preparam o advento do capitalismo moderno”, o pronome relativo em destaque pode ser substituído por “o qual” e serve como sujeito da oração seguinte.
14. O autor do texto em questão utiliza-se de termos ou expressões para se referir a termos já mencionados anteriormente. É o caso do pronome oblíquo **lhe**, que retoma homens e **sua** (última linha do texto), que retoma teologia.
15. O acento indicativo de crase que ocorre em “... em relação à usura...” foi incorretamente utilizado pelo autor do texto.

TEXTO II: Considere o texto a seguir para julgamento dos próximos itens

Questão velha, polêmica e controvertida, que constitui obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias, mas que sempre viva e exacerbadamente atual, é a do “sigilo bancário”, pois frente ao crédito tributário e ao Fisco, aquele como um bem público relevante e indisponível e este na busca de cumprir os objetivos a que se destina de aferir a real capacidade contributiva, arrecadar tributos, promover a igualdade e a justiça fiscal, colocam-se a preservação e a garantia dos direitos fundamentais invioláveis de privacidade e intimidade inerentes às pessoas dos contribuintes.

(Mary Elbe G. Q. Maia, “A inexistência de sigilo bancário frente ao poder-dever de investigação das autoridades fiscais”, *Tributação em Revista*, julho/setembro de 1999)

Identifique o(s) item(ns) que dá(ão) continuidade ao trecho, preservando a coerência, a coesão e a progressão das ideias.

16. No seu âmago, o que se desponta é a discussão acerca dos interesses públicos frente aos interesses privados e qual deles deverá prevalecer.
17. No cerne da questão, aparece o confronto entre um sistema fortemente estatal e o poder fiscalizador da sociedade organizada.
18. Em suma: trata-se de questionar até que ponto a quebra do sigilo bancário vai contribuir para revelar elisão fiscal e evasão de divisas.
19. Torna-se, assim, fundamental discutir sob o manto da ética a questão da inexistência de sigilo bancário em estados democráticos de direito.

20. [] A despeito disso, não basta conceder às autoridades fiscais o poder-dever de investigação, se não se lhes faculta o direito fundamental inviolável de privacidade.

Ainda em relação ao mesmo texto, Indique o(s) item(ns) que apresenta(m) a proposição nuclear do texto, aquela que contém a ideia-síntese em torno da qual se desenvolve sintática e semanticamente o parágrafo.

21. [] Frente ao crédito tributário e ao Fisco, coloca-se a questão do sigilo bancário como um obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias.

22. [] Por ser um bem público relevante e indisponível, o crédito tributário deve preservar e garantir o direito de privacidade do contribuinte.

23. [] A preservação dos direitos fundamentais de privacidade dos contribuintes frente ao crédito tributário e ao Fisco deve ser colocada na discussão da questão do sigilo bancário.

24. [] Na tarefa de cumprir os objetivos de aferir a capacidade contributiva, arrecadar tributos e promover a igualdade e a justiça fiscal, o Fisco deve preservar e garantir a questão do sigilo bancário dos contribuintes.

TEXTO III: Considere o texto a seguir para julgamento dos próximos itens

1 Em artigo publicado na década de noventa, o professor Paul Krugman explicava que todos aqueles países que falavam inglês haviam tido um desempenho econômico acima da média de seus vizinhos e que o inglês estava se tornando rapidamente a língua franca dos negócios, do turismo e da internet. Assim, os processos de fusão de empresas, tão comuns naquele tempo, só teriam sucesso se utilizassem o inglês como língua de integração das corporações.

Essa visão nos preocupou quando resolvemos integrar todas as áreas de consultoria espalhadas pela América Latina em uma única divisão de consultoria. Mas ficou uma pergunta no ar: “que língua oficial adotar”? O espanhol ou o português acirraria a rivalidade que já era bastante grande no campo dos esportes. Adotar o inglês teria a vantagem da neutralidade e da facilidade de interação com

22 nossos colegas de outras regiões, mas com perda significativa na agilidade da comunicação e no andamento das reuniões. Foi adotada então uma postura única: haveria três línguas oficiais. Essa pequena sutileza significava, na verdade, que todos eram obrigados a entender as três línguas, mas poderiam se expressar no idioma em que se sentissem mais à vontade. Hoje, cinco anos depois, sentimos que essa decisão foi fundamental para o nosso processo de integração, e a lição aprendida é que muitas vezes a criatividade local pode ser mais efetiva que verdades importadas.

(José Luiz Rossi, *Integração cultural na América Latina, CLASSE ESPECIAL, 89/2001, com adaptações*)

Relativamente à escrita do texto, julgue os itens a seguir.

25. [] Na palavra “países” (linha 3), o acento gráfico sobre a letra “i” justifica-se por formar um ditongo aberto com a vogal anterior (ai).

26. [] Embora as palavras “inglês” e “português” sejam escritas com S, suas formas femininas devem ser grafadas com o final –EZA, em conformidade com a palavra “sutileza” (linha 25).

27. [] O ordinal correspondente ao numeral “noventa” (linha 1) é nonagésimo, enquanto o do cardinal novecentos é noningentésimo.

28. [] As palavras “década” (linha 1) e “América” (linha 15) são acentuadas tendo por base a mesma norma gramatical.

Julgue os próximos itens em relação à forma gramatical das palavras que compõem os trechos apresentados.

29. [] O que dizer de uma sociedade em que o padrão perverço passa a ser a regra do jogo chancelada socialmente? À nossa volta, o fantasma da fome suplicia diariamente milhões de corpos.

30. [] O sistema de saúde pública está falido. São cada vez maiores os contingentes humanos que se amontoam nas ruas e praças. A desnutrição compromete definitivamente o desenvolvimento afetivo e intelectual (para não dizer físico) das pessoas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professores Adriana, Rafael e Laert

DIREITO DO TRABALHO:

31. Considere as seguintes proposições.

- I. O exercício do cargo de confiança implica restrição dos direitos laborais do empregado, tanto que a lei não considera alteração unilateral do contrato a determinação do empregador para que aquele re-

torne ao cargo antes ocupado, deixando o exercício do cargo de confiança. Por essa razão, segundo o entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, independentemente do tempo em que foi percebida a gratificação de função pelo empregado exercente de cargo de confiança, se o empregador, ainda que sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, poderá retirar-lhe a gratificação.

- II. Empregado doméstico é aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Aos empregados domésticos é garantido o repouso semanal remunerado, o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, sendo ainda vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.
- III. No contrato de aprendizagem, o qual não poderá ser estipulado por prazo superior a dois anos, o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias para tal formação.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas;
- b) Somente as proposições II e III estão corretas;
- c) Somente as proposições I está correta;
- d) Somente as proposições II e III estão corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

Julgue os próximos itens assinalando C (Certo) ou E (Errado):

32. Enquanto nos acordos coletivos de trabalho devem figurar nos pólos subjetivos necessariamente duas entidades sindicais (representando empregados e empregadores), as convenções coletivas de trabalho podem ser celebradas diretamente por empresa ou empresas com associação sindical representativa da profissão.
33. Segundo o entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, as condições de trabalho decorrentes de sentença normativa integram definitivamente o contrato de trabalho dos integrantes da categoria, ante o princípio da inalterabilidade do contrato consagrado pelo art. 468 da CLT.
34. A lei trabalhista brasileira veda a estipulação de acordo ou convenção coletiva por prazo superior a quatro anos.

35. Assinale a alternativa incorreta em sede de Direito:

- a) trabalhador avulso é o que presta serviços a inúmeras empresas, agrupado em entidade de classe, por intermédio desta e sem vínculo empregatício;
- b) trabalhador temporário é a pessoa física contratada por empresa de trabalho temporário, mediante contrato verbal ou escrito pelo prazo não superior a três meses, para a prestação de serviço destinado a atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou ao acréscimo extraordinário de tarefas de outras empresas;

- c) trabalhador autônomo presta trabalho por conta própria, enquanto que o empregado presta trabalho por conta alheia;
- d) a prestação de serviços com exclusividade não é considerada pela doutrina e pela jurisprudência trabalhistas como uma das condições para o reconhecimento da relação de emprego;
- e) empregado doméstico é quem presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a outra ou outras pessoas físicas, no âmbito residencial destas, e para o doméstico ter direito ao seguro-desemprego e ao FGTS é necessária sua inscrição no FGTS, o que, no entanto, constitui faculdade do empregador.

36. Assinale a alternativa incorreta em relação ao aviso prévio no contrato de trabalho:

- a) em se tratando de aviso prévio devido pelo empregador ao empregado despedido, a jornada será reduzida, sem prejuízo da integralidade dos salários, ou, se assim o preferir o empregado, haverá interrupção do contrato de trabalho durante sete dias corridos;
- b) não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência;
- c) reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio;
- d) o tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708/79;
- e) o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo o empregado, e o pedido de dispensa do seu cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

Para os próximos itens, julgue e assinale C (Certo) ou E (Errado):

37. O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho. A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas "in itinere". A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas "in itinere". Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas "in itinere" remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público. Considerando que as horas "in itinere" são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

38. [] Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar e de previdência privada de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o princípio da intangibilidade salarial. O empregado que usufruiu destes benefícios ao longo do contrato de trabalho não pode, após seu término, pretender a devolução dos valores descontados sob qualquer hipótese.
39. [] A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988. Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não tem direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.
- 40 **Assinale a alternativa correta, considerando a legislação do trabalho e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho:**
- a) Em relação ao trabalho da mulher é vedado: a) fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir; b) recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível; c) considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração e oportunidades de ascensão profissional; d) exigir exame, de qualquer natureza, para comprovação de gravidez, na admissão ou permanência no emprego; e) adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez; f) proceder o preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.
- b) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. Durante este período a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 12 (doze) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.
- c) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: a) vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço; b) educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático; c) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; d) assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde; e) seguros de vida e de acidentes pessoais; f) previdência privada; g) refeição ou gênero alimentício.
- d) Não são abrangidos pelo regime de fixação da jornada de trabalho: - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e no registro de empregados; - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto na norma legal, os diretores e chefes de departamento ou filial. Todavia, o regime de fixação de jornada será aplicável aos trabalhadores mencionados nos itens acima quando o salário do cargo, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).
- 41 **Caio Mário foi contratado pela Indústria de Alimentos Boa Comida Ltda. em 02.02.2000. Teve a carteira de trabalho anotada somente em 05.06.2000. Em 01.06.2007 foi despedido por justa causa, em razão de ter apresentado à empregadora atestados médicos falsos, para justificar ausências ao serviço. No dia 05.06.2007 ajuizou ação trabalhista, postulando, dentre outras verbas, o reconhecimento do vínculo de emprego desde a admissão, em 02.02.2000, e até 04.06.2000. Também requereu reconhecimento judicial de nulidade da despedida, com a consequente reintegração ao emprego, em razão de que ocupava cargo de direção sindical, circunstância que exige inquérito judicial para apuração de eventual falta grave.**
- Considerada a situação fática acima exposta, além da legislação que regula a matéria, examine as assertivas abaixo:
- I. A pronúncia da prescrição quinquenal fulmina a pretensão relativa ao reconhecimento do vínculo de emprego desde a admissão em 02.02.2000 e até 04.06.2000.
- II. A pronúncia da prescrição, no caso acima, não atinge o direito do trabalhador de reclamar o recolhimento dos valores do FGTS incidentes sobre os salários pagos no período em que não houve registro do contrato de trabalho na carteira de trabalho.
- III. Em razão de que o dirigente sindical somente pode ser dispensado por falta grave mediante apuração em inquérito judicial, deve o juiz reconhecer a nulidade da despedida e determinar a readmissão do trabalhador ao emprego.
- IV. A apresentação pelo empregado de atestados médicos falsos para justificar ausências ao trabalho configura ato de improbidade.

- V. É de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, o prazo prescricional para o empregador ajuizar inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas quatro assertivas estão corretas;
- c) Apenas três assertivas estão corretas;
- d) Apenas duas assertivas estão corretas.
- e) Apenas uma assertiva está correta.

42. Analise as proposições abaixo:

- I. As modalidades de punição disciplinar são advertência, suspensão, interrupção e dispensa por justa causa.
- II. O “jus variandi”, decorrente do poder disciplinar, é faculdade de alterar a prestação de serviço, mas encontra limites no princípio da inalterabilidade contratual prejudicial.
- III. O responsável solidário, integrante de grupo econômico, que não participou da fase de conhecimento como reclamado pode ser sujeito passivo na execução, porque se trata de empregador único, na forma da jurisprudência majoritária do TST.
- IV. O Direito do Trabalho é aplicável aos empregados contratados por empresas públicas, sociedades de economista mista federais, estaduais e municipais, enquanto que as autarquias e fundações públicas são regidas pelo regime jurídico próprio do Direito Administrativo.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Somente as afirmativas I e II são falsas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV são falsas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV são falsas.
- d) Apenas as afirmativas III e IV são falsas.
- e) Somente a afirmativa IV é falsa.

43. Considere as assertivas abaixo formuladas:

- I. Para Américo Plá Rodriguez o princípio da continuidade da relação de emprego, em rigor científico, é uma mera derivação e consequência do princípio da proteção, especialmente no que se refere à aplicação de uma de suas vertentes: a regra da condição mais benéfica, já que, obviamente, continuar trabalhando é mais benéfico do que ficar desempregado.
- II. O artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao estatuir que “Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego”, homenageia o princípio da primazia da realidade, ao passo que o artigo 7º, inciso XXX, da Constituição Federal, ao proibir a discriminação em matéria de salários, exercício de funções e critérios de admissão, sintoniza com o princípio da razoabilidade.
- III. A preferência do legislador pelos contratos de duração indefinida trata-se de uma projeção direta do

princípio da proteção, que assim cumpre uma de suas três missões: inspirar o legislador, servindo de fundamento para o ordenamento jurídico.

- IV. São quatro os principais princípios constitucionais afirmativos do trabalho na ordem jurídico-cultural brasileira: o da valorização do trabalho, em especial do emprego; o da justiça social; o da submissão da propriedade à sua função socioambiental; e o princípio da dignidade humana.
- V. Em um sistema normativo as normas são gênero, do qual os princípios e as regras são espécies. Têm-se, assim, as normas-princípios e as normas-regras. Um dos critérios de distinção é o da generalidade. Segundo este critério, os princípios são normas com um grau de generalidade relativamente alto e as regras, normas com um nível relativamente baixo de generalidade.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Apenas quatro proposições estão corretas;
- b) Apenas três proposições estão corretas;
- c) Apenas duas proposições estão corretas;
- d) Apenas uma proposição está correta;
- e) Todas as proposições estão corretas.

NOÇÕES DE DIR.PROCESSUAL DO TRABALHO:

Julgue os itens a seguir, assinalando C (Certo) ou E (Errado):

- 44. [] A Justiça do Trabalho é incompetente para conhecer e dirimir reclamação de trabalhador ajuizado em face do tomador de serviço.
- 45. [] Cada parte poderá indicar até três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, quando o número poderá ser elevado a seis, ou de procedimento sumaríssimo, hipótese em que o número é reduzido ao máximo de duas.
- 46. [] O momento da apresentação da contradita à testemunha, sob pena de preclusão, é após o compromisso e antes da qualificação.
- 47. [] O acordo homologado judicialmente produz eficácia de coisa julgada em relação às partes que figurarem no título e em relação à Previdência Social. Esta somente poderá impugnar tal acordo através de ação rescisória.
- 48. [] Segundo o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem no subsequente.
- 49. [] Nos dissídios individuais as custas relativas ao processo de conhecimento serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e

comprovado o recolhimento no prazo de até cinco dias após o término do prazo recursal.

50. São isentos de custas os beneficiários de justiça gratuita, o Ministério Público do Trabalho, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica. Tal isenção não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
51. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.
52. São suspeitos para depor o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes por consanguinidade ou afinidade.
53. O princípio da transcendência estabelece que não haverá nulidade se inexistir prejuízo para a parte que a alega.
54. **Sobre a Justiça do Trabalho, é correto dizer, exceto:**
- Compete-lhe conciliar e julgar os dissídios oriundos do cumprimento de convenções ou acordos coletivos de trabalho.
 - É competente para julgar ações sobre representação sindical, ainda que sejam entre sindicatos e empregadores.
 - Nas comarcas não abrangidas pela jurisdição das Varas do Trabalho, os juízes de direito são investidos a jurisdição trabalhista e o recurso é dirigido para o Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
 - A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionam junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - Os Tribunais Regionais do Trabalho, atualmente em número de vinte e quatro, compõem-se de, no mínimo, sete juízes e o Tribunal Superior do Trabalho de vinte e sete Ministros.
55. **Considerando as disposições da CLT, assinale a alternativa INCORRETA:**
- É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
 - Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência.
 - Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado regularmente constituído por qualquer das partes ou por terceiro portador de autorização escrita e expressa firmada pelo referido causídico, ou, ainda, quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.
 - A reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo. Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob pena de perda, pelo prazo de 06 (seis) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
 - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica não se eximem da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.
56. **Sobre as partes, os procuradores e a representação no processo do trabalho é CORRETO afirmar que:**
- De acordo com a CLT, nas ações individuais trabalhistas apenas os empregados poderão fazer-se representar por intermédio do respectivo sindicato da categoria.
 - De acordo com a CLT, se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma empresa, ou pelo seu sindicato.
 - Na Justiça do Trabalho os empregados e empregadores, maiores de 18 (dezoito) e civilmente capazes, possuem capacidade processual, postulatória e de ser parte.
 - De acordo com a CLT, é facultado ao empregador, exceto as pessoas jurídicas de direito público, fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.
 - São inválidos os atos praticados pelo substabelecido, se no mandato, não houver poderes expressos para substabelecer.
57. **Julgue os itens que segue a respeito da Execução e Recursos:**
57. Admite-se embargos à execução, no prazo de 5 dias, após a garantia do juízo.
58. Na liquidação de sentença trabalhista, elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação, sob pena de preclusão.

59. No processo de execução aplica-se, naquilo em que não contrariar a CLT, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública.
60. Na causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula do TST e violação direta a dispositivo constitucional e nestas mesmas causas, caso haja interposição de recurso ordinário e a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.
61. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
62. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
63. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
64. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
65. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
66. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
67. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
68. Cabe Recurso de Revista para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
69. Uma vez obtida a conciliação na audiência, esta será reduzida a termo e homologada por sentença. Assim, uma vez que houve acordo entre as partes, o juiz extinguirá o processo sem julgamento de mérito.
70. A causa de pedir limita-se à descrição dos fatos, visto que o juiz conhece o direito.
71. A integralidade da sentença é revestida pela autoridade da coisa julgada.
72. os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir;
73. deve-se expedir Carta Precatória quando dirigida à autoridade judiciária de comarca diversa, dentro do território nacional.
74. A citação pode ser definida como ato pelo qual se chama o réu ou o interessado a fim de se defender.
75. quando a lei for omissa, o Juiz determinará o prazo de acordo com a complexidade da causa.
76. é lícito às partes requerer ao Juiz, de comum acordo, a prorrogação dos prazos peremptórios.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

Para os itens seguintes, assinale C(Certo) ou E(Errado):

62. É possível a realização de atos processuais em segredo de justiça e sigilosos sem ferir o princípio constitucional da publicidade dos atos.
63. Se o impedimento do juiz não for reconhecido de ofício, nem alegado pela parte, é vício irrelevante.
64. A revelia não produz seu principal efeito quando a contestação apresentada por litisconsorte aproveita ao réu revel.
65. é *infra petita* a sentença que condena o réu ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), quando o autor havia pedido indenização de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
66. somente as partes do processo têm legitimidade recursal.
67. as pessoas naturais não podem prestar depoimento pessoal por procurador.
68. Embora em nosso sistema jurídico impere o princípio *iura novit cúria* (o juiz conhece o direito), há a possibilidade de o juiz exigir que a parte

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Julgue os itens a seguir, relativos aos servidores públicos e à administração pública.

77. Sendo demandada sua assistência direta e contínua, um servidor de uma fundação pública federal teria direito a fruir licença por motivo de doença de sua companheira. Todavia, não sendo civilmente casado, um agente de polícia federal não poderia fruir essa mesma licença.
78. Um agente de polícia federal poderia sofrer pena administrativa de demissão, imposta com base no poder disciplinar, caso indispucesse funcionários contra os seus superiores hierárquicos. Entretanto, um agente não poderia sofrer punição administrativa caso tentasse convencer outros agentes a não executar a ordem do superior hierárquico no sentido de que, durante a noite, arrombassem a porta de uma residência para cumprir mandado judicial de prisão.
79. Se um agente de polícia federal fosse designado para investigar a prática de corrupção passiva atribuída a ocupantes de cargos comissionados de autarquia federal, esse agente realizaria a

investigação no exercício do poder de polícia, em razão do que seria indispensável a autorização judicial para a prática dos atos necessários.

80. Se um agente de polícia federal, conduzindo viatura policial em serviço, atropelasse um cidadão estrangeiro residente no país, a vítima do acidente poderia propor ação de indenização diretamente contra o agente ou contra a União. Nesse caso, a União teria a obrigação de indenizar a vítima, independentemente de comprovação de culpa do agente de polícia, a menos que o acidente decorresse de culpa exclusiva da vítima do atropelamento.
81. Caso ficasse demonstrado, em sede de processo administrativo regularmente realizado, que um agente de polícia federal receberá R\$ 20.000,00 para deixar de realizar a prisão em flagrante de um traficante de drogas, então haveria de ser-lhe imposta, administrativamente, a pena de demissão. Todavia, se o agente fosse processado criminalmente pela prática do mesmo fato, simultaneamente à tramitação do processo administrativo, ele só poderia ser demitido após o trânsito em julgado da respectiva sentença condenatória.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

Para os itens a seguir, julgue e anote C para certo e E para errado:

82. O sigilo das comunicações telefônicas, protegido constitucionalmente, pode ser quebrado por ordem judicial, para instruir ação civil pública de improbidade administrativa.
83. A prisão, mesmo em flagrante delito, depende de ordem judicial, devendo a sua comunicação ser feita imediatamente ao juiz, que a relaxará se ela for ilegal.
84. No mandado de segurança, quando houver ilegalidade proveniente do poder público, não envolvendo a liberdade de locomoção, os fatos

que embasam o pedido dependem da sua comprovação de plano, pois, do contrário, não estará presente o direito líquido e certo a que alude a Constituição da República.

85. O habeas corpus pode ser impetrado por promotor de justiça para beneficiar alguém que se acha sofrendo coação em sua liberdade de ir e vir por ilegalidade ou abuso de poder.
86. Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar conflito de competência que envolva o Superior Tribunal de Justiça e um tribunal regional do trabalho (TRT).
87. Os tribunais de justiça dos estados são organizados por leis estaduais, observando-se a competência definida nas respectivas constituições.
88. A Constituição da República confere vitaliciedade aos membros do Ministério Público do Trabalho e, portanto, seria inconstitucional uma disposição legal que estabelecesse para esses agentes públicos aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.
89. Luciano é um adolescente de 13 anos de idade. Nessa situação, a Constituição da República veda o trabalho de Luciano, salvo na condição de aprendiz.
90. Maurício nasceu na França, quando o pai e a mãe, brasileiros, estudavam em uma universidade em Paris. Com 15 anos de idade, Maurício veio ao Brasil pela primeira vez e fixou residência no país, onde mora há cinco anos. Nessa situação, mesmo que Maurício opte pela nacionalidade brasileira, ser-lhe-á vedado exercer cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, pois esse cargo é privativo de brasileiros natos.

Pegue agora o gabarito comentado

GABARITO

TÉCNICO JUD - ÁREA ADMINISTRATIVA

RESPOSTAS COMENTADAS

EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE ACERTO: 6,00 pontos em Conhecimentos Gerais
 (conforme concurso de 2007) 21,00 pontos em Conhecimentos Específicos
 30,00 pontos no total da prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

| | | |
|----|----------|---|
| 01 | B | Há duas situações: O casal vai (sobram 2 vagas para 6 pessoas, $C_{6,2} = 15$) OU O casal não vai (são 4 vagas para 6 pessoas, $C_{6,4} = 15$). Assim $15 + 15 = 30$ possibilidades. |
| 02 | A | Como a primeira letra já é A, só temos que nos preocupar com as outras duas, 26 letras possíveis para cada uma ($26 \times 26 = 676$) E entre os números, para que sejam todos repetidos, temos apenas 5 possibilidades (111, 333, 555, 777 e 999). Assim, $676 \times 5 = 3380$ |
| 03 | C | Monte um diagrama distribuindo as quantidades mencionadas (o símbolo %, nesse exercício, não faz diferença): <div style="text-align: center;">  </div> <p>Como é dado que a pessoa já tem pé chato, reduzimos nosso total para 40. Nesse grupo, 15 têm irmão chato. Assim, podemos escrever: $15 \text{ em } 40 = 15/40 = 3/8 = 0,375 = 37,5\% \neq 40\%$</p> |
| 04 | C | Para negar a afirmação "Todo sujeito (característica)", basta encontrar UM que não tenha a característica. |
| 05 | D | Pense sempre no pior: você poderia ter retirado até 17 bolas e não ter uma de cada cor (13 amarelas e 4 verdes). A única possibilidade de termos ao menos uma de cada cor é retirando todas as bolas. |
| 06 | E | Só foi dito algo a partir de "Se o professor de raciocínio lógico não é bonito". Não foi dito nada para a situação "o professor de raciocínio lógico é bonito". |
| 07 | C | De fato, o dicionário Aurélio, a palavra usura vem do latim e significa <i>Juro de capital</i> . |
| 08 | E | O texto apenas menciona que as práticas comerciais da Idade Média tornaram a prática da usura possível. |
| 09 | C | Da mesma forma, separam-se os adjuntos adverbiais que vierem deslocados. |
| 10 | C | Neste caso, o pronome oblíquo lhes tem valor de pronome possessivo, sendo, portanto, perfeita a troca, sem prejuízo do correto entendimento da informação apresentada no trecho. |
| 11 | C | A presença da vírgula seria necessária em razão da colocação do trecho antes do sujeito "o usuário". |
| 12 | E | Usa-se a crase por se tratar de expressão adverbial feminina iniciada por "as". |
| 13 | E | No caso, "que" equivale à forma plural "os quais". No restante, está correto (serve de sujeito para a oração seguinte). |
| 14 | E | O pronome sua retoma a palavra usuário. |
| 15 | E | O acento foi utilizado corretamente. |
| 16 | C | As questões de interpretação de textos vêm ganhando espaço nos concursos públicos. Também é a partir de textos que as questões normalmente cobram a aplicação das regras gramaticais nos grandes concursos de hoje em dia. Por isso, é cada vez mais importante observar os comandos das questões. Normalmente o candidato é convidado a identificar (reconhecer elementos fundamentais apresentados no texto), comparar (descobrir as relações de semelhanças ou de diferenças entre situações apresentadas no texto), comentar (relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, analisando as opiniões a respeito), resumir (concentrar as |
| 17 | E | |
| 18 | E | |

| | | |
|----|----------|--|
| 19 | E | idéias em um só parágrafo), parafrasear (reescrever o texto com outras palavras) e continuar (dar continuidade ao texto apresentado, mantendo a mesma linha temática). |
| 20 | E | No texto apresentado, o candidato deve escolher o(s) item(ns) correto(s) que dão continuidade ao texto, o que exige muita concentração e experiência de leitura em conhecimentos gerais. |
| 21 | E | Como antes mencionado, o resumo do texto representa a habilidade do candidato para concentrar as idéias do texto em um só parágrafo. Para que essa e outras habilidades se aperfeiçoem no candidato, este deve ter ciência das seguintes condições básicas para trabalhar questões que envolvam texto: o conhecimento histórico (aí incluída a prática da leitura), o conhecimento gramatical e semântico (significado das palavras, aí incluídos homônimos, parônimos, sinônimos, denotação, conotação), e a capacidade de observação, de síntese e de raciocínio. |
| 22 | E | |
| 23 | C | |
| 24 | E | |
| 25 | E | O acento gráfico se justifica por se tratar da letra “i” formando hiato com a vogal anterior (pa-i-ses). |
| 26 | E | Mantêm-se as formas inglesa e portuguesa, com S. O final –EZA (com Z) é utilizado na criação de substantivos abstratos oriundos de adjetivos. Exemplos: rico→riqueza; fraco→fraqueza; gentil→gentileza. |
| 27 | C | Não carece comentários. |
| 28 | C | De fato, todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas graficamente. |
| 29 | E | A palavra perverso deve ser escrita com “S”. |
| 30 | C | Como não há erro, não há o que comentar. |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

| | | |
|----|----------|---|
| 31 | B | A assertiva “I” está errada, pois em que pese a afirmação da primeira sentença estar correta, a da segunda sentença contraria entendimento do TST contido em sua Súmula 372 de que o exercício de função de confiança por dez ou mais anos impede a retirada do valor da gratificação. A assertiva “II” está correta, pois a primeira sentença é a literalidade do art. da Lei , e a segunda sentença trata dos direitos constitucionalmente outorgados à empregada doméstica, no parágrafo único do art. 7º da CF 88 e quanto à gestante, no art. 10, inc. II, letra “b” do ADCT da CF 88, validado pela Súmula 244 do TST. A assertiva “III” está correta, pois contém afirmações decorrentes da literalidade do “caput” e do seu parágrafo 3º do art. 428 da CLT. |
| 32 | E | Eis que nos acordos coletivos de trabalho podem figurar uma entidade sindical de categoria profissional e um empregador ou grupo de empregadores, e não necessariamente uma entidade sindical de categoria econômica, como estabelece o parágrafo 1º do art. 611 da CLT. |
| 33 | E | Já que o entendimento consolidado do TST é em sentido oposto ao da afirmação, consignando-se na Súmula 277 que as condições pactuadas vigoram no prazo de vigência da sentença normativa. |
| 34 | E | A CLT veda em seu art.614, §3º., a estipulação de acordo ou convenção coletiva por prazo superior a 2 anos. |

| | |
|-------------|---|
| <p>35 B</p> | <p>a) CORRETA – O avulso presta serviço a diversas empresas, sem vínculo de emprego, conforme prevê a própria legislação previdenciária (Lei 8.213/93 e Decreto nº 3048/99), por intermédio do sindicato da categoria.</p> <p>b) ERRADA– O contrato do trabalhador temporário deve ser formal, por escrito, conforme a disposição contida no art. 11. da Lei 6.019/74. “O contrato de trabalho celebrado entre empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição de uma empresa tomadora ou cliente será, obrigatoriamente, escrito e dele deverão constar, expressamente, os direitos conferidos aos trabalhadores por esta Lei.” Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.</p> <p>c) CORRETA – De acordo com Francisco das C. Lima Filho, o trabalho autônomo pode ser definido como aquele em que o trabalhador tem a faculdade de dispor de forma plena sobre o modo de execução da prestação de serviço, enquanto no trabalho dependente ou subordinado, ao contrário, uma pessoa distinta do trabalhador aufer e tem um poder jurídico de disposição sobre o esforço laboral do prestador.</p> <p>d) CORRETA – O trabalhador pode ter sua carteira assinada por dois ou mais empregadores, desde que a carga horária permita. Os pressupostos caracterizadores da relação de emprego são os previstos nos art. 2º e 3º, da CLT.</p> <p>e) CORRETA – A Lei 5859/72, no art. 1º, prevê que o empregado doméstico, assim considerado, é aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas; bem como o novel art. 3º-A, dispõe sobre a faculdade da inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, mediante requerimento do empregador, na forma do regulamento." (Incluído pela Lei nº 10.208, de 23.3.2001).</p> |
| <p>36 B</p> | <p>a) CORRETA – A assertiva está de acordo com o texto do § único, do art. 488, da CLT, sendo certo que havendo pagamento de salário e não havendo prestação de serviço, ocorre a interrupção do contrato. Caso não houvesse pagamento dos 7 dias seria o caso de suspensão do contrato.</p> <p>b) ERRADA. Caberá aviso prévio nos contratos de experiências que possuem cláusula do direito recíproco de rescisão antecipada, quando a parte dela se utilizar, rescindindo o contrato antecipadamente. O contrato passará a ser regido pelas normas próprias do contrato por prazo indeterminado, conforme dispõem o art. 481 da CLT. Neste sentido a Súmula 163 do TST dispõe claramente que: Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas nos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT.</p> <p>c) CORRETA – De conformidade com a Súmula 14 do TST que dispõe: Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais. Neste caso o que se entende por culpa recíproca é quando ambas as partes – empregado e empregador – dão causa à cessação do contrato por justo motivo. O justo motivo do empregador encontra-se disposto no art. 483 da CLT, enquanto que o justo motivo do empregado encontra-se elencado no art. 482 da CLT.</p> <p>d) CORRETA. De conformidade com a Súmula 182 do TST que dispõe: O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708/79.</p> <p>e) CORRETA. De conformidade com a Súmula 276 do TST.</p> |
| <p>37 C</p> | <p>Conforme redação da Súmula 90 do TST.</p> |
| <p>38 E</p> | <p>Uma vez que a Súmula 342 do TST ressalva a hipótese de ter havido coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.</p> |
| <p>39 C</p> | <p>Conforme redação das Súmulas 675 do STF e 423 do TST.</p> |

| | |
|-------------|---|
| <p>40 A</p> | <p>A) CORRETA, pois o conjunto de suas afirmativas acaba por transcrever quase que literalmente a integralidade do art. 373-A da CLT.</p> <p>B) ERRADA. A afirmativa inicial de que “A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.” está correta, pois transcreve “ipsis literis” a regra do “caput” do art. 392 da CLT. Mas a afirmação seguinte se encontra em desacordo com a regra do art. 393 da CLT, que prevê o cálculo da média salarial com base nos últimos seis e não doze meses.</p> <p>C) ERRADA. A primeira afirmação, de que “Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a habitação, vestuário ou outras prestações “in natura” que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.” se encontra em consonância com a regra do “caput” do art. 458 da CLT. Mas a segunda afirmativa se encontra incorreta em relação ao rol de utilidades que não são consideradas como salários, pois refeição ou gênero alimentício não consta da lista de exceções, pelo contrário: são nominalmente indicadas como integrantes do salário no “caput” do referido art. 458.</p> <p>D) ERRADA. A primeira afirmação se encontra correta, este rol de excluídos do regime de fixação da jornada está previsto nos incisos I e II do art. 62 da CLT. Quanto à segunda afirmação, esta se mostra como incorreta, na medida em que assevera que “Todavia, o regime de fixação de jornada será aplicável aos trabalhadores mencionados nos itens acima quando o salário do cargo, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).” Esta exceção se limita aos empregados indicados no inc. II do art. 62, que são os gerentes exercentes de cargos de gestão, diretores e chefes de departamento, e não a todos os empregados dos incisos do art. 62, como expressamente se consigna no parágrafo único do mesmo art. 62: “Parágrafo único - O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste Art., quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).”</p> |
| <p>41 D</p> | <p>I Errada. A pretensão relativa ao reconhecimento do vínculo de emprego tem cunho eminentemente declaratório, não havendo que se falar em prescrição (CLT, art. 11, § 1º).</p> <p>II Correta. De acordo com a Súmula 362 do FGTS, é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho. Apenas haveria prescrição caso se tratasse de depósitos incidentes sobre parcelas não pagas e já prescritas, uma vez que o acessório segue a sorte do principal (Súmula 206, TST).</p> <p>III Errada. O juiz deve determinar a reintegração no emprego e não a readmissão.</p> <p>IV Correta. Artigo 482, a, CLT. A improbidade é todo ato de desonestidade, contrário aos bons costumes, à moral e à lei. Revela-se como a prática que traduz delito, abuso, má-fé. Nesse caso se insere a apresentação pelo empregado de atestados médicos falsos para justificar ausências ao trabalho.</p> <p>V Errada. O prazo de 30 dias é decadencial e não prescricional (Súmula 62, TST).</p> |
| <p>42 B</p> | <p>I – Errada - O Direito do Trabalho brasileiro aceita, em resumo, três modalidades básicas de sanção: advertência, suspensão disciplinar, e demissão por justa causa. Toda forma de sanção que agride a dignidade do trabalhador ou ofenda um direito individual fundamental é vedada.</p> <p>II – Errada - O “jus variandi” não é decorrente do poder disciplinar, mas sim do poder diretivo.</p> <p>III - Correta. A antiga Súmula 205, cancelada, exigia a formação de litisconsórcio passivo pelas entidades que se pretendiam ver declaradas como integrantes do grupo econômico, impondo, desse modo, que esta tese fosse necessariamente examinada na fase cognitiva do processo do trabalhista, com citação dos entes envolvidos e possibilidade de apresentação de sua ampla defesa. Em consequência, não considerava válida a aferição do grupo somente na fase de execução. O cancelamento da Súmula 205 do TST, abriu caminho à verificação do grupo econômico na fase tipicamente executória. Hoje considera-se a tese da solidariedade dual ativa e passiva, assim todos os membros do grupo compõem a figura do empregador único em face dos contratos de trabalho subscritos pelas empresas integrantes do mesmo grupo.</p> <p>IV - Errada. Os empregados contratados por autarquias ou fundações públicas também podem ser regidos pelo Direito do Trabalho, desde que admitidos pelo regime da CLT.</p> |

| | |
|-------------|---|
| <p>43 B</p> | <p>I - Errada - Para Américo Plá Rodrigues os princípios que derivam do princípio da proteção são: a) a regra da aplicação da norma mais favorável; b) a regra da condição mais benéfica; c) o critério <i>in dubio pro operário</i>. Já o fundamento do Princípio da Continuidade da Relação de Emprego é a natureza alimentar do salário, já que o trabalhador é subordinado jurídica e economicamente ao empregador e, do seu trabalho, retira o seu sustento, além do que informa que é de interesse do Direito do Trabalho a permanência do vínculo empregatício, com a integração do trabalhador na estrutura e dinâmica empresariais. Américo Plá Rodriguez elenca os seguintes princípios que informam o Direito do Trabalho: A) princípio da proteção ao empregado (<i>in dubio pro operario</i>, condição mais benéfica e norma mais favorável); B) princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas; C) princípio da continuidade da relação de emprego; D) princípio da primazia da realidade sobre a forma; E) princípio da razoabilidade; F) princípio da boa-fé; G) princípio da não-discriminação.</p> <p>II – Errada - A primazia da realidade, erigida a princípio do Direito do Trabalho, significa que, em caso de dissonância entre o que ocorre na realidade dos fatos e o que emerge de documentos, deve-se privilegiar a verdade real. Sua repercussão é tão grande, entre nós, a ponto de o Estatuto Consolidado ter admitido a possibilidade de um contrato tácito, com os mesmos efeitos dos demais: A razoabilidade consiste na seguinte orientação: nas relações de trabalho, as partes, os administradores e juízes devem conduzir-se de uma maneira razoável na solução de problemas ou conflitos delas decorrentes. O artigo 7º, inciso XXX, da Constituição Federal sintoniza com o princípio da igualdade/isonomia.</p> <p>III - Correta. É de interesse do Direito do trabalho a permanência do vínculo empregatício, com a integração do trabalhador na estrutura e dinâmica empresariais. Apenas mediante tal permanência e integração é que a ordem jurídica trabalhista poderia cumprir satisfatoriamente o objetivo teleológico do Direito do Trabalho, de assegurar melhores condições, sob a ótica do empregado, de pactuação e gerenciamento da força de trabalho em determinada sociedade. Tais objetivos são alcançados com os contratos de duração indefinida.</p> <p>IV - Correta, conforme artigos 1º e 170 da Constituição Federal e doutrina: “São quatro os principais princípios constitucionais afirmativos do trabalho na ordem jurídico-cultural brasileira: o da valorização do trabalho, em especial do emprego; o da justiça social; o da submissão da propriedade à sua função socioambiental; o princípio da dignidade da pessoa humana.” (DELGADO, Maurício Godinho. <i>Direitos fundamentais na relação de trabalho</i>. Revista do Ministério Público do Trabalho, nº 31, p. São Paulo: LTr, 2006, p. 23)</p> <p>V – Correta. Segundo Canotilho, as normas se subdividem em regras e princípios, e também sugere alguns critérios para distinção dos princípios e das regras, dentre eles, o grau de abstração, onde os princípios apresentam grau de abstração elevado, enquanto as regras possuem grau de abstração reduzido.</p> |
| <p>44 E</p> | <p>Por força da interpretação histórica do art. 114, I, da CF, com redação dada pela EC n. 45/2004, compete à JUSTIÇA DO TRABALHO processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho avulso (competência originária). Além disso, a competência da JUSTIÇA DO TRABALHO para conciliar e julgar as lides derivantes da relação de trabalho avulso também está prevista em lei (art. 643 da CLT, com redação dada pela Lei n. 7.494/86).</p> |
| <p>45 C</p> | <p>Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis (artigo 821 da CLT). O rito sumaríssimo limita a duas as testemunhas artigo 852-H, § 2º, da CLT.</p> |
| <p>46 E</p> | <p>Consoante artigo 414 do CPC é após a qualificação e antes de prestar compromisso.</p> |
| <p>47 E</p> | <p>À Previdência Social cabe impugnar o acordo homologado judicialmente por meio de recurso, diante da literalidade do parágrafo único do art. 831 da CLT, que torna irrecorrível o termo de conciliação para as partes e não para a Previdência Social. A rescisória, por tal irrecorribilidade, é o único meio de impugnação do acordo apenas para as partes da demanda, entendimento consolidado na Súmula 259 do TST.</p> |
| <p>48 C</p> | <p>O art. 775 da CLT determina que na contagem dos prazos seja excluído o dia do começo e incluído o do vencimento. Entretanto, dispõe a súmula 262, I do TST que: “Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.” Ou seja, o prazo não pode começar em dia no qual não haja expediente forense, porém a data da contagem não é a mesma do início do prazo. Considerando o sábado dia em que não há expediente forense, o início do prazo terá de ser a segunda-feira (se não for feriado), por seu turno, considerando que na contagem exclui-se o dia do início, o prazo começa a correr da terça-feira.</p> |
| <p>49 E</p> | <p>O §1º do art. 789 da CLT dispõe a respeito do pagamento das custas: “As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o seu recolhimento dentro do prazo recursal.” Logo, a assertiva está INCORRETA, pois não há um lapso de 5 dias além do prazo recursal.</p> |

| | |
|------|--|
| 50 C | Art. 790- A da CLT: “São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários da justiça gratuita: I- A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; II - O ministério Público do Trabalho. Parágrafo único: A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.” |
| 51 C | Em recente alteração ocorrida em abril de 2008 o TST, modificou seu entendimento sufragado na Súmula 377 a fim de permitir que terceiros, sem relação empregatícia com o reclamado, assumam a condição de preposto nos casos de empregador doméstico, micro e pequeno empresário. Assim ficou a redação da súmula: “ Exce- to quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado. E artigo 54, da Lei Complementar n. 213/2006. |
| 52 E | Eis que pelo parágrafo 2º do art. 405 do CPC, o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qual- quer grau, ou colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes por consangüinidade ou afinidade não são suspeitos para depor, e sim impedidos, no mesmo sentido, o artigo 829 da CLT. |
| 53 C | A assertiva está em consonância com a doutrina, <i>O princípio do prejuízo, também chamado de princípio da transcendência, está intimamente ligado ao princípio da instrumentalidade das formas. Significa que não haverá nulidade sem prejuízo manifesto às partes interessadas.</i> Esse princípio acha-se contido no art.794 da CLT. Não demonstrando a parte onde reside o prejuízo, a nulidade não se declara. |
| 54 C | <p>A) Correta. A Justiça do Trabalho é o ramo do judiciário encarregado de apreciar praticamente todas as con- trovérsias que envolvam e circundam o trabalho humano, o que é salutar, pois favorece a efetividade e aplica- bilidade da legislação social e facilita o acesso daqueles que vivem do próprio trabalho ao judiciário trabalhis- ta.</p> <p>B) Correta. Art.114, III, CF. Referido artigo na opinião majoritária da doutrina abrange todas as ações que envolvem a matéria sindical no âmbito trabalhista, uma vez que se tratam de ações envolvendo matéria traba- lhista.</p> <p>C) Errada. Apesar das comarcas não abrangidas pela jurisdição das Varas do Trabalho investirem de jurisdi- ção juizes estaduais, eventual recurso da decisão deve ser apreciado pelo TRT respectivo e não pelo TJ, Consoante artigo 112 da CF/88.</p> <p>D) Correta. Nesse sentido dispõe o artigo 111-A, §2º, I e II da CF.</p> <p>E) Correta. Nesse sentido arts. 111-A, <i>caput</i> e 115, <i>caput</i>, da CF.</p> |
| 55 C | <p>A) Correta. Trata-se do artigo 790, § 3º/ CLT. <i>§ 3º É facultado aos juizes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratui- ta, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do proces- so sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.</i></p> <p>B) Correta. É o conteúdo do artigo 768/ CLT. <i>Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.</i></p> <p>C) Incorreta. O art. 778/CLT não prevê a autorização firmada pelo causídico autorizando a retirada dos autos. <i>Os autos dos processos da Justiça do Trabalho, não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solici- tados por advogados regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.</i></p> <p>D) Correta. É o artigo 786/CLT. <i>A reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo. Parágrafo único - Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de 5 (cinco) dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida no art. 731.</i></p> <p>E) Correta. Trata-se do conteúdo do artigo 790-A/CLT. <i>Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita:</i> <i>I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas fede- rais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica;</i> <i>II – o Ministério Público do Trabalho.</i> <i>Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profes- sional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.</i></p> |

| | |
|-------------|---|
| <p>56 C</p> | <p>A) errado, conforme artigo 791, parágrafo primeiro, da CLT, uma vez que também os empregadores poderão se fazer representar por sindicato, advogado, solicitador ou provisionado inscrito na OAB;</p> <p>B) errado, uma vez que o empregado poderá se fazer representar por outro empregado da mesma profissão, e não da mesma empresa, ou pelo sindicato, conforme artigo 843, parágrafo 2º, da CLT.</p> <p>C) correto, conforme leitura do artigo 792 da CLT, pois os maiores de 18 e menores de 21 poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de pais ou tutores;</p> <p>D) errado, uma vez que pode o empregador, mesmo sendo pessoa jurídica de direito público, se fazer representar por gerente ou preposto, conforme leitura do artigo 843, parágrafo primeiro da CLT;</p> <p>E) errado, uma vez que contraria o disposto na Súmula 395, III, do TST: São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.</p> |
| <p>57 C</p> | <p>Conforme disposto no art. 884, CLT, o prazo para apresentação de embargos é de 5 dias contados da garantia do juízo.</p> |
| <p>58 E</p> | <p>Conforme Art. 879, § 2º. da CLT, o juiz não é obrigado a abrir prazo para as partes se manifestarem sobre o cálculo, trata-se de uma faculdade, o juiz “poderá” e não “deverá” como afirma a assertiva.</p> |
| <p>59 C</p> | <p>Trata-se da literalidade do disposto no art. 889 da CLT.</p> |
| <p>60 C</p> | <p>Pois nos termos do artigo 896, § 6º, CLT, somente nestas duas hipóteses é cabível recurso de revista, além do que, o artigo 895, “b”, IV, CLT, prevê, expressamente, a possibilidade da certidão de julgamento valer como acórdão na situação em que o julgamento do tribunal mantém a sentença nos termos em que foi prolatada.</p> |
| <p>61 C</p> | <p>Trata-se de uma das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista, conforme art. 896, <i>caput</i> e letra “a”, da CLT.</p> |
| <p>62 C</p> | <p>A Constituição Federal em seu art. 93, inciso IX permite a limitação à publicidade dos atos processuais, restrição esta que é estabelecida pelo art. 155 do Código de Processo Civil, que estabelece os casos do chamado <i>segredo de justiça</i>.</p> <p>CF: Art. 93, IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;</p> <p>CPC: Art. 155. Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos:</p> <p>I - em que o exigir o interesse público;</p> <p>II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.</p> <p>Parágrafo único. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite.</p> |
| <p>63 E</p> | <p>O impedimento do juiz (art. 135 do CPC) é vício de extrema gravidade, podendo ser reconhecido a qualquer tempo e grau de jurisdição. Ressalta-se que mesmo após o trânsito em julgado de uma sentença proferida por juiz impedido é possível a rescisão desta nos termos do art. 485, II do CPC.</p> <p>Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:</p> <p>I - de que for parte;</p> <p>II - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;</p> <p>III - que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;</p> <p>IV - quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;</p> <p>V - quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;</p> <p>VI - quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.</p> <p>Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:</p> <p>I - se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;</p> <p>II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente.</p> |

| | | |
|----|----------|--|
| 64 | C | O principal efeito da revelia é a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial (art. 319 do CPC). Contudo, havendo mais de um réu (litisconsórcio), a contestação apresentada por um litisconsorte aproveita aos demais, afastando o efeito da revelia anteriormente descrito (art. 320, II do CPC). Art. 319. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Art. 320. A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente: I - se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação. |
| 65 | E | Neste caso a sentença foi parcialmente procedente. A sentença <i>infra petita</i> se caracteriza pela omissão, ou seja, quando o juiz deixa de apreciar a totalidade do pedido formulado, no caso exposto o juiz apreciou todo o pedido, entendendo que R\$ 2.000,00 era procedente e R\$ 8.000,00 não. |
| 66 | E | Além das partes, também podem recorrer o Ministério Público e o Terceiro Prejudicado (art. 499 CPC). |
| 67 | C | As pessoas naturais não prestar depoimento pessoal por procurador, pois seu objetivo é a obtenção da confissão, ou seja, o reconhecimento de um fato contrário ao seu interesse e favorável ao interesse da parte contrária. |
| 68 | C | O juiz conhece o direito, assim em regra não a necessidade de que a parte prove o teor e a vigência das leis, todavia há exceções que são as hipóteses do art. 337 do CPC. Art. 337. A parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz. |
| 69 | E | Quanto às partes celebram um acordo, ou seja, transigem, a sentença do juiz que homologa o acordo é sentença de mérito (art. 269, III do CPC). Art. 269. Haverá resolução de mérito: III - quando as partes transigirem; |
| 70 | E | A causa de pedir compõe-se dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido, nos termos do art. 282, III do CPC. Art. 282. A petição inicial indicará: III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; |
| 71 | E | Não é a totalidade da sentença que faz coisa julgada, mas apenas e tão somente a parte dispositiva, pois o relatório e a fundamentação não se tornam imutável e indiscutível em outro processo. Art. 469. Não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; |
| 72 | C | Pois reproduz exatamente o texto do art. 154 do CPC, que estabelece: “Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencheram a finalidade essencial”. |
| 73 | C | Estabelece corretamente a definição de carta precatória que pode ser extraída da interpretação do art. 201 do CPC, que estabelece: “Expedir-se-á carta de ordem se o juiz for subordinado ao tribunal de que ela emanar; carta rogatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira; e carta precatória nos demais casos”. |
| 74 | C | Reflete o conceito de citação previsto no art. 213 do CPC: “ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender”; |
| 75 | C | Art. 177. Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa. |
| 76 | E | Os prazos peremptórios são, em regra, improrrogáveis - Art. 182. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias. |
| 77 | E | Artigo 83 da lei 8112/90 |
| 78 | C | Artigo 132 da lei 8112/90 |
| 79 | E | Trata-se de policia adm. e não poder de policia |
| 80 | C | Artigo 37 §6º da CF/88; |
| 81 | E | Artigo 125 da lei 8112/90 |

| | | |
|----|----------|--|
| 82 | E | O artigo 5º, XII da Constituição Federal estabelece que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. |
| 83 | E | O artigo 5, LXI da Constituição Federal estabelece que não há necessidade de autorização judicial para a prisão em flagrante, senão vejamos, “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”. |
| 84 | C | Não se esqueça de que a competência no mandado de segurança é residual, ou seja, protege direito líquido e certo não amparado pela Hábeas corpus ou hábeas data. |
| 85 | C | Lembre-se de que o <i>habeas-corpus</i> pode ser impetrado por qualquer pessoa sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. |
| 86 | C | O artigo 102 da CF/88, que trata da competência do Supremo Tribunal Federal é importantíssimo para este concurso. Assim, a resposta a alternativa se encontra no artigo 102, letra “o” da CF: “os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal”. |
| 87 | C | O artigo 125 da CF/88 estabelece que os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal. A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça. |
| 88 | E | Muito embora os membros do Ministério Público possuam a garantia da vitaliciedade, por força do artigo 128, parágrafo 5º, I, a, da CF/88, a regra da aposentadoria compulsória, prevista no artigo 40 da CF, aplica-se a todos que possuam cargo de provimento efetivo. |
| 89 | E | O artigo 7º, XXXIII da CF/88 proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. |
| 90 | E | Cuidado! Houve alteração no artigo 12, I, c da CF/88 pela emenda constitucional nº 54/2007. A nova redação prescreve que será considerado brasileiro nato “os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.” |

É ISSO AÍ.

AULAS & APOSTILAS:

